

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras de **API – Associação de Pedagogia Infantil**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2014, (que evidencia um total de 2.866.608 euros e um total de Fundo de Capital de 844.055 euros, incluindo um Resultado Líquido negativo de 246.631 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Director a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações, das alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações referidas nos parágrafo n.º 7 e 8 abaixo descritos, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Director, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. Em 31 de Dezembro de 2014, o saldo líquido da rubrica de Clientes inclui um montante de aproximadamente 305.495 €, com uma antiguidade superior a um ano. Conforme referido no Relatório de Gestão, dada a natureza e antiguidade dos saldos, não nos é possível concluir quanto à razoabilidade da perda por imparidade constituída em exercícios anteriores, no valor de 17.654 €, e ao conseqüente efeito no activo líquido e na demonstração dos resultados do exercício.
8. O sistema de controlo interno implementado não permite assegurar que tenha sido emitida a totalidade da facturação nem observado o princípio da especialização dos exercícios.

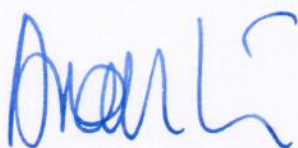
Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos n.ºs 7 e 8, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **API – Associação de Pedagogia Infantil**, em 31 de Dezembro de 2014, o resultado das suas operações, das alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 19 de Junho de 2015



ANA A. SANTOS, C. SOUSA GÓIS & ASSOCIADO, SROC, LDA.
representada por Ana Maria Celestino Alberto dos Santos, ROC 917